

Tribunal de Justiça instala novo Juizado Especial Cível da comarca de Palhoça



O Tribunal de Justiça promoveu no dia 27/3 a instalação do Juizado Especial Cível da comarca de Palhoça. A nova unidade, cujos trabalhos iniciaram no último dia 30, nasce com 10.280 processos em acervo – 9.121 em ambiente eletrônico e 1.159 em meio físico. As ações tramitavam até então na 3ª Vara Cível, que ainda detinha competência para matérias da Fazenda Pública e Executivos Fiscais, com outros 32 mil processos. A especialidade permitirá que cada unidade trate especificamente de suas respectivas competências.

“O Tribunal de Justiça está em sintonia com o crescimento de Palhoça”, constatou o juiz André Augusto Messias Fonseca, diretor do Foro, em seu discurso marcado por muitos agradecimentos. A cidade, com cerca de 140 mil habitantes, registra incremento populacional e econômico ímpar entre os demais municípios catarinenses. A comarca, ao seu turno, possui seis unidades jurisdicionais e 191 colaboradores: sete magistrados, 89 servidores efetivos, 41 terceirizados, 47 estagiários e sete servidores comissionados.

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Nelson Schaefer Martins, ressaltou a característica principal dos juizados especiais, voltados para o atendimento das chamadas pequenas causas, para destacar sua relevância entre as camadas populares da sociedade. “Nossa gestão está voltada para a implementação de políticas públicas que priorizem o aspecto social”, completou.

Ele disse não ter dúvidas de que a população local passará a ser melhor atendida, embora admita que a situação ainda não é a ideal. “Temos nossas limitações orçamentárias e administramos um Poder distribuído entre outras 110 comarcas pelo Estado, as quais também buscam melhorias”, explicou. Ele visitou as novas instalações e conversou com os servidores da unidade. O desembargador Jaime Ramos e a juíza de 2º grau Janice Goulart Garcia Ubialli, ambos ligados à Coordenadoria de Juizados Especiais e Meios Alternativos de Resolução de Conflitos, prestigiaram a solenidade, realizada no amplo auditório do Tribunal do Júri da comarca.

A juíza Lilian Telles de Sá Vieira, titular da 3ª Vara Cível, responderá pela nova unidade até a indicação de novo magistrado. Em ato de reconhecimento, o juiz André Fonseca lembrou ainda a importância do desembargador Victor Ferreira, já falecido, na conquista comemorada na oportunidade. “Foi ele que nos incentivou a disponibilizar, ainda que de maneira informal, os serviços de juizados especiais, hoje oficializados e materializados na instalação desta nova unidade”, afirmou. A cerimônia foi prestigiada por magistrados, promotores, advogados, militares e políticos da comarca de Palhoça.



>> PERFIL

Ivan da Costa Junior

Natural de Lauro Müller, o servidor está no Judiciário desde 1998. Casado, tem um filho que seguiu seus passos e hoje é TJA na comarca de São José. Além da cidade natal, Ivan trabalhou na comarca de Catanduvas antes de vir para o TJ. De aparência discreta, ninguém desconfia do espírito divertido e piadista que revela aos mais íntimos. Perspicaz e atilado, ficou conhecido na Corte por resolver pendengas da área de informática por mais de 10 anos, até que resolveu investir no uso de sua formação jurídica e transformar-se em secretário da 4ª Câmara Criminal.



Faz questão de frisar que o norte de sua vida é o afeto. “Tudo que diz respeito à afetividade vira assunto prioritário para mim”, garante. Nos finais de semana, a família está sempre reunida para “celebrar a vida”. Destaca, também, que sua preferência, sua “opção consciente pelas coisas simples” o afastaram da informática, pois julga esta área muito dinâmica, complexa, veloz. “A pescaria é a saída”, revela, satisfeito. Todos os finais de semana há reuniões no “rancho”, como trata seu esconderijo e refúgio junto à orla marítima do bairro José Mendes, na porção insular da Capital. Dezenas de pessoas acorrem ao local. Ivan aprendeu cedo a conviver com limitações físicas de familiares próximos, que exigiam tudo do então adolescente. A superação destes em relação aos obstáculos serviu também para forjar seu caráter, preparado para enfrentar e superar qualquer surpresa que a vida trouxer.

Central Rosa receberá denúncias e prestará informações sobre a Lei Maria da Penha

O Poder Judiciário de Santa Catarina já conta com sua Central Rosa, órgão responsável pelo fortalecimento da rede de atendimento em busca da dignidade da mulher em situação de violência, que funcionará no âmbito do Tribunal de Justiça. O lançamento aconteceu durante o encerramento do Mutirão Mulher em Março, em solenidade no TJ. A Central Rosa, explica a juíza Sônia Maria Mazzetto Moroso Terres, tem por objetivo prestar informações – inclusive sobre a Lei Maria da Penha –, apoio e orientações em situações de violência contra a mulher. Também receberá reclamações, denúncias e sugestões sobre a assistência prestada em todos os níveis da rede de atendimento, ou ainda sobre a falta de atendimento.



Novos juízes iniciam Curso de Pós-Graduação em Direito e Gestão Judiciária na AJ

A Academia Judicial - AJ deu início em março ao Curso de Pós-Graduação em Direito e Gestão Judiciária, dirigido aos juízes recém-empossados. O desembargador Nelson Schaefer Martins, presidente do Tribunal de Justiça, prestigiou o evento ao lado do diretor da Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina, juiz Cláudio Eduardo Regis de Figueiredo e Silva, do advogado Marcelo Peregrino e do secretário executivo da AJ, Adalto dos Santos. A aula inaugural versou sobre “Constituição democrática e efetivação dos direitos”.



CGJ apresenta projeto inovador que atrai atenção de corregedores em Teresina

A Corregedoria-Geral da Justiça do TJSC participou em março do 68º Encontro Nacional do Colégio de Corregedores-Gerais da Justiça (Encoge) em Teresina-PI. Na oportunidade, apresentou o Sistema Integrado de Correções Extrajudiciais (SCI), desenvolvido com sucesso no Judiciário catarinense. O programa, implantado em 2014, utiliza como base o Sistema do Selo Digital e de Inspeções Virtuais para a realização da atividade correccional presencial, em uma ferramenta de *check-list* automatizada e totalmente eletrônica. O projeto despertou o interesse de magistrados de diversos Estados que, nos próximos meses, visitarão o Tribunal de Justiça catarinense para conhecer melhor a inovação. O juiz-corregedor Luiz Henrique Bonatelli e o servidor Fernando Ferreira foram os responsáveis pela exposição do projeto.



Ministro Mussi, ex-presidente do TJSC, é eleito corregedor da Justiça Federal

O ministro Jorge Mussi, catarinense que integra o Superior Tribunal de Justiça (STJ), assumirá neste mês de abril a Corregedoria do Conselho da Justiça Federal (CJF). Ele sucederá ao ministro Humberto Martins, que deixa o cargo após dois anos de mandato. O ministro Mussi, que foi desembargador e presidente do TJ (2004/2006), tomou posse no STJ em 2007. Atualmente, ele é o conselheiro mais antigo no CJF. Nomeado desembargador do Tribunal de Justiça em 1994, Jorge Mussi também presidiu o TRE-SC. “A eleição do ministro Jorge Mussi para a Corregedoria do CJF é motivo de júbilo para o Estado de Santa Catarina e, em particular, para este Poder Judiciário”, destacou o desembargador Nelson Schaefer Martins, presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.